

PARTE I

**A HISTÓRIA SEXUAL DAS AUDIÊNCIAS
BRASILEIRAS**

O relacionamento sexual é considerado muito importante para os casais contemporâneos em geral e mais ainda para os relacionamentos de recasamento, onde ambos os cônjuges fazem maiores investimentos e mantêm maiores expectativas em relação à atividade sexual. Segundo pesquisa de Féres-Carneiro (1999: 97), “*as mulheres e os homens heterossexuais, em todas as condições amorosas, consideram o relacionamento sexual como de extrema relevância*”. No referido estudo, interessante observação é a de que para as mulheres heterossexuais e a maioria dos homens e mulheres homossexuais, a insatisfação sexual acarreta o rompimento de uma relação. No entanto, homens heterossexuais não consideram a insatisfação sexual como motivo de separação. Não podemos deixar de notar que o último grupo (homens heterossexuais), ao longo da História, tem sido sexualmente menos reprimido pela nossa cultura de “dupla-moral” do que os outros dois grupos (mulheres heterossexuais e homossexuais de ambos os sexos). Parece haver uma supervalorização, especialmente para os grupos mais reprimidos - a supervalorização que a repressão por si mesma encerra.

Como aparece em Foucault:

Evoca-se com frequência os inúmeros procedimentos pelos quais o cristianismo antigo nos teria feito detestar o corpo; mas, pensemos um pouco em todos esses ardis pelos quais, há vários séculos, fizeram-nos amar o sexo, tornaram desejável para nós conhecê-lo e precioso tudo o que se diz a seu respeito; pelos quais, também incitaram-nos a desenvolver todas as nossas habilidades para surpreendê-lo e nos vincularam ao dever de extrair dele a verdade; pelos quais nos culpabilizaram por tê-lo desconhecido por tanto tempo. (Foucault, 1985: 149).

Segundo o filósofo, a repressão incita a *vontade de saber* sobre a sexualidade, esse fascínio que nos predispõe a todo tipo de controle, seja político, ideológico ou, atualmente, o da mídia na sociedade de consumo, através da “vontade de consumir” para ter o objeto do desejo ou ser o objeto de desejo do outro.

Com o objetivo de melhorar a compreensão sobre as expectativas em matéria de relacionamento amoroso e prazer sexual na contemporaneidade, é importante que se volte no tempo e se contextualize a formação e o desenvolvimento de atitudes, comportamentos e crenças. Estes – atitudes, comportamentos e crenças em relação ao sexo – antecedem inclusive o termo “*audiências*” que tem origem recente e está relacionado ao surgimento do rádio e da televisão.

Em relação ao sexo, a regra é que não existem verdades absolutas, nenhuma informação que tenha a garantia de resistir ao tempo e às mudanças sócio-histórias. (Van Ussel, 1980; Tannahill, 1983; Socci, 1983; Jablonski, 1991). Somos o resultado genético e social de uma cultura que, há milênios, vem atrelando o sexo a conceitos e valores e as relações de gênero aos determinantes sociais e econômicos.

É claro que a sociedade brasileira se desenvolveu e permanece intrinsecamente relacionada a outras sociedades do mundo ocidental e oriental durante toda a história geral. No entanto, o recorte, enfocando a história da sociedade brasileira, faz-se didaticamente necessário e em função de uma limitação em relação ao tempo e espaço, já que uma pesquisa sobre a sexualidade ao longo de toda a história teria proporções além do que se objetiva neste trabalho.

2.1

Sexo, gênero e casamento na história da família brasileira

2.1.1

Um amor de índio

Na perspectiva de Freyre ([1933] 2001), a mulher índia, além de um valioso elemento de cultura, foi a base da família brasileira, aquela em que se apoiaram os primeiros povoadores europeus. As sexualidades que primeiro se encontraram nestas terras foram a do português e a da mulher índia.

O ambiente em que começou a vida brasileira foi de quase intoxicação sexual. (...) O europeu saltava em terra escorregando em índia nua. (...) As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (Freyre, [1933] 2001: 165).

Era natural aos europeus, surpreendidos por uma ética sexual tão diferente da sua, que concluíssem haver entre os índios uma total liberdade e/ou libertinagem. Mas apesar de, ainda hoje, parecer tão natural e liberal, principalmente pela nudez, o amor entre os índios era cheio de regras e limites.

De acordo com Mindlin (1992), na aldeia indígena, já ao entrar na puberdade, a menina de onze ou doze anos, ficava em reclusão por alguns meses e, ao sair do resguardo, já se casava. Antes mesmo da primeira menstruação, em muitos grupos indígenas, a menina namorava e tinha relações sexuais. Para os rapazes a realização amorosa poderia só ocorrer lá para os quinze anos ou mais, já que na disputa pelas mulheres perdiam para os mais velhos, os guerreiros de maior prestígio.

O casamento só podia acontecer se houvesse determinados laços de parentesco entre os noivos, do contrário as uniões eram vedadas. Procedimento comum era o casamento entre primos cruzados, mas o preferencial era o da menina com o tio materno, que já desde o nascimento lhe era destinado como noivo. Os casamentos faziam parte de negociações econômico-sociais: a esposa era a fonte dos prazeres e também da comida. Um homem sem mulher não podia ter roça, pois lhe faltaria quem fizesse a colheita, tarefa tipicamente feminina. Casando, os homens passariam a fazer parte da teia social, na base da troca e da reciprocidade. Não era permitido o relacionamento sexual entre irmãos, por ser considerado incestuoso, o que por sua vez, seria um fechamento das relações sociais, restrição indesejável para a colaboração social. Quando um homem dava sua irmã em casamento a um cunhado, estava adquirindo certo direito de receber em troca, no futuro, para si ou para seu filho, uma esposa, uma sobrinha, filha da irmã cedida. Ter mulheres para trocar era ser mais rico, ter roças maiores, ter mais parentes ajudando no trabalho. Um homem solteiro ficava à margem da economia e não tinha prestígio social na aldeia.

Irmãos freqüentemente cediam uma esposa um para o outro, para casamento formal ou, um pai podia também ceder uma de suas esposas mais

jovenzinhas para o filho. O casamento era uma maneira de acumular mulheres como “bens-de-família”. Grupos de poder combinavam alianças e trocas de mulheres e muitos casamentos podiam ser acertados a um mesmo tempo. Cada união determinava dívidas e créditos de mulheres e as expectativas e insatisfações quanto a essas transações provocavam conflitos que poderiam levar às separações dos casais. A esterilidade ou a morte de uma criança também poderia ser causa de separações, mas relações extraconjugais ou “problemas afetivos” entre os casais dificilmente se tornariam causa de separação.

A poligamia era explícita para os homens, mas encoberta para as mulheres, para quem a lei formal era de fidelidade (dupla-moral). Os homens suruí chegavam a ter de três a seis mulheres legítimas. No entanto, o adultério não era considerado uma transgressão grave: quando se tornava conhecido, as mulheres podiam apanhar dos maridos ou da mãe e se tornavam objeto de comentários maldosos. Curiosamente, havia uma forma de poligamia perfeitamente tolerada na aldeia, tanto para homens quanto para mulheres, o que na nossa sociedade urbana seria considerada uma espécie muito dramática de adultério: um homem podia se relacionar sexualmente com as irmãs de suas mulheres, tendo mesmo certo direito a elas, e as mulheres também teriam direito a se relacionar com os irmãos do marido.

As regras a serem obedecidas eram muito mais numerosas para as mulheres: tabus, reclusões freqüentes, com limitações de alimentação e com abstinência sexual, proibições de tocar em certas plantas durante fases da vida, cuidados com o sangue menstrual ou de recém-nascidos etc. As mulheres, que aparecem como mercadoria no casamento, tinham voz limitada na escolha do seu destino, sendo este antecipadamente escolhido pela parentela masculina – pai, irmão, tio – no entanto, lhes restava um último recurso, como um “poder informal”, o de largar o marido e fugir com um amante... E, segundo a “parábola indígena” do passarinho *aiaxoga*¹, confirma-se que a violência do masculino sobre o feminino faz parte da relação entre os gêneros, também na bela cultura do romântico *Peri*...

¹ *A moça vive desprezando um pretendente, apesar da insistência da mãe para aceitá-lo. Um dia, ele a convida para ir à floresta, e como ela ainda o recusa, amarra-a no alto de uma árvore e se esconde, observando-a. Ela grita, chamando a mãe: “aia! aia” e depois de um dia inteiro, com fome e sede, desconfiada de que ele ainda está por perto, promete ceder; mas ele agora quer vê-la*

Observava-se entre os casais convencionais – tio e sobrinha – um amor subjetivo e forte, que vinha desde o nascimento da moça e que garantia o jogo de poder e parentesco, confirmando a ordem social. Estes casais demonstravam ternura, sempre se tocando, solidários, não se machucavam nem entravam em choque. Estavam absorvidos pela criação dos filhos, pelas tarefas de sobrevivência na roça e na caça, pelas festas e pela administração de conflitos familiares e comunitários. Mas existiam os casais marginais, que subvertiam as regras: uma mulher que desaparecia com um homem de outro grupo indígena ou aldeia. Por isso, temiam-se os visitantes homens, pelo perigo das mulheres roubadas ou que partiam por sua livre vontade.

Segundo Mindlin (1992), a aproximação física dos amantes, em público, era de muito mau gosto, não existia o beijo como forma de carícia, afagos em público eram impensáveis, abraços só muito raramente. Muito embora as pessoas se tocassem tanto, se abraçassem, fizessem massagens, até mesmo os homens entre si, como os cunhados em alguns grupos indígenas, brincavam com os órgãos sexuais um do outro. Sobre as técnicas sexuais, tudo era comentado: em conversas íntimas, à noite nos acampamentos, onde se reunia grande número de famílias, os namoros eram relatados.

Em muitos grupos indígenas aparecem mitos referentes a um poder primevo das mulheres, depois perdido - as funções biológicas femininas ou o sangue menstrual eram associados à posição subalterna de poder político. Mas o temor ao poder das mulheres estava sempre latente, e em particular o temor à sexualidade (feminina): aparecem nos numerosos mitos sobre a vagina dentada. A perda de poder pelas mulheres originou os rituais a elas proibidos e as que infringissem as proibições podiam sofrer penas severas, como a de serem violadas por todos os homens da aldeia.

Apesar da liberdade, o sexo também podia aparecer como algo assustador tanto para homens quanto para mulheres: os Tupari acreditavam que as almas dos mortos deveriam passar por um coito ritual. Os homens tinham de enfrentar uma mulher gigantesca – quando com medo ou quando cometeram incesto – e seriam engolidos por sua vagina; se eram corajosos, a mulher tinha tamanho normal e

sofrer, e ela, exausta, acaba por transformar-se no passarinho “aiaxoga”, que tem um grito parecido com o dela ao chamar a mãe. (Mindlin, 1992: 17).

eles poderiam lidar bem com ela. Às almas das mulheres mortas corresponderia um homem com pênis gigante para as medrosas (Mindlin, 1992).

Realmente não havia igualdade de gêneros na aldeia e as demarcações dos papéis eram bem definidas: as mulheres ficavam excluídas de chefias políticas e espirituais e eram negociadas com bens, embora preciosos, no casamento. Reificada como um bem precioso e necessário, a mulher solitária era algo muito raro. Mas as que porventura existissem não eram malditas ou desvalorizadas por não terem homem. O erotismo na aldeia aparece de forma bem diferente da nossa sociedade urbana: não estava concentrado na relação amorosa, revelando-se difuso através das freqüentes cenas com muito contato físico entre as pessoas, como as “mulheres catando piolhos ou micuins umas das outras ou tocando com cuidado e interesse todas as partes do corpo, deitadas umas sobre as outras como odaliscas” (Id.:20).

2.1.2

Família colonial patriarcal: instituição padrão

Numerosos estudos sobre a história da família brasileira têm enfatizado a importância da família como a instituição que moldou os padrões da colonização e as relações sociais desde o período colonial. Segundo Samara (1983), a família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras que serviu de base para caracterizar uma família que, com o tempo, assumiu configurações regionalmente diferentes.

As características dessa família brasileira são, de certa forma, determinadas por muitos fatores em sua formação histórica. A maioria dos colonos portugueses, durante as primeiras décadas após a Descoberta do Brasil e ainda por muitos anos, era de solteiros ou casados que emigravam sem as suas famílias e as esqueciam ou então não podiam voltar a juntar-se às mesmas tanto na Metrópole como na colônia. Estes pioneiros gozavam nas terras selvagens da colônia, da liberdade, nada cristã, de terem muitas mulheres da terra e os grandes senhores, por sua vez, sem deixarem suas terras, podiam ter quantas mulheres quisessem além da legítima esposa trazida de Portugal ou tomada no Brasil.

Juízes, advogados, procuradores da Coroa e funcionários públicos que não levavam suas esposas para a América Portuguesa, também não podiam se casar sem a licença da Metrópole – licença que demorava anos a ser concedida ou nunca lhes era dada. Alguns desses letrados bacharéis acabavam por envolver-se em casos de sedução e de rapto ou adultérios envolvendo mulheres da alta classe. Por essas e outras, os pais ricos, com o pretexto de falta de casas de educação, metiam suas filhas nos conventos ou as mandavam estudar em Portugal, reduzindo ainda mais o contingente feminino disponível. A alternativa possível a tantos solteiros era a *mancebia* com as índias, com as mulatas e com as pretas, para o horror dos jesuítas e de alguns administradores leigos. Consta (Azevedo 1965: 111-112; Samara 1983: 50) que numa famosa carta ao Rei, Manoel da Nóbrega, o primeiro superior dos Jesuítas, sugeria como remédio para tão grave situação, mandar vir de Portugal as “*mulheres erradas que não houvessem de todo perdido a vergonha*”, para que se casassem com os colonos. Essas “*mulheres erradas*” nunca foram enviadas ao Brasil, como fizeram os ingleses para povoarem a Austrália, mas a rainha de Portugal escolheu algumas órfãs, das que criava em um asilo que mantinha em Lisboa, para serem as primeiras esposas legítimas dos colonos.

Nas classes superiores, essas influências ocasionaram o duplo padrão de moralidade, permitindo aos homens uma ampla liberdade em relação ao comportamento sexual e vigiando-se rigorosamente a virgindade da mulher.

A casa-grande foi o símbolo do tipo de organização familiar colonial, sendo o núcleo doméstico o centro da vida econômica, social e política – cuja influência, muitas vezes, preponderava até mesmo sobre a Igreja e o Estado. Esse é o modelo de estrutura familiar necessariamente patriarcal, onde as mulheres, depois de casadas passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando dos filhos e da casa, razão de seu existir.

Segundo Samara (1983), a dupla mulher-submissa / marido-dominador, aparece impropriamente utilizada como válida para toda a sociedade brasileira até o século XIX. Essa autora mostra uma distinção entre a organização das famílias de ricos e pobres e, entre esses últimos o que predominava eram as ligações transitórias e os concubinatos, o que servia para enfraquecer a autoridade paterna. Menciona também a elevada incidência da filiação ilegítima, tanto para homens

quanto para mulheres, havida quando solteiros ou na constância do matrimônio, o que se tornava público por ocasião dos testamentos.

Ainda segundo Samara (1983), o fato de encontrar-se em testamentos testemunhos de que eram aceitas para o casamento mulheres com filhos naturais, bem como processos de divórcio onde apareciam as queixas das esposas, apontando a existência de aspirações do sexo feminino quanto ao casamento e à vida conjugal, revela que nem sempre o comportamento das esposas se amoldava aos padrões tradicionalmente aceitos. A própria opressão feminina contribuía para a formação de uma contracorrente de irregularidades sexuais, através da qual as mulheres buscavam uma compensação para os desejos e sentimentos não passíveis de manifestação dentro dos limites da família patriarcal.

Nesse período histórico, os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada. A fusão dos grupos sociais e raciais ocorreu paralelamente através das uniões esporádicas e da concubinagem. Para os estratos superiores da população, o casamento era um ato de grande importância, polarizando vários interesses e, portanto, fazia-se num círculo muito limitado, sendo comum as uniões entre parentes afins, cuja finalidade era preservar a fortuna e manter a linhagem e a pureza do sangue. Relações de parentesco eram comuns nos arranjos matrimoniais e eram freqüentes as uniões de primos entre si e de tios e sobrinhas. Semelhanças ao casamento na cultura indígena seriam mera coincidência?

Entretanto, entre as camadas mais baixas da população, a preferência era pelo celibato ou pelas uniões ilegítimas, onde a escolha do cônjuge obedecia a critérios bem menos seletivos e preconceituosos. O alto custo das despesas matrimoniais era um entrave à legitimação das famílias, favorecendo a concubinagem: *“os homens pobres relutavam em formar laços legítimos, preferindo viver concubinais, mesmo sob pena de serem recolhidos às cadeias e sentenciados pela Junta da Justiça”*. (Samara, 1983: 52).

Diante dos fortes fatores sócio-político-econômicos envolvidos, o amor, como estímulo para o casamento, também nesse momento histórico, não ocupa nenhum lugar significativo, aparecendo mais como consequência da vida em comum. No entanto, carinho e amor parecem ser aspectos relevantes nos

casamentos dos mais pobres – talvez por isso se desfizessem com maior facilidade as uniões entre os indivíduos de menor posse.

As mulheres de posses, em sua maioria, deviam ficar circunscritas à vida familiar, reforçando suas aspirações de casamento e filhos; vigiadas pelo pai e, ao se casarem, pelo marido, ficavam, em tese, menos expostas às relações ilícitas. Aquelas de menor posse, negras ou brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual – suas relações se desenvolviam dentro de outro padrão de moralidade, menos rígido em relação ao ideal de castidade, mas não chegava a transformar a cultura dominante nem a posição privilegiada do sexo oposto.

Dentre os motivos que apareceram arrolados como causas de separação conjugal, o adultério mereceu um destaque especial. O adultério ou quebra de fidelidade matrimonial era considerado falta grave para ambos os sexos, porém colocava a mulher numa situação inferior do ponto de vista jurídico. O adultério do marido não mereceu tão grave repulsa já desde o antigo direito português, pois as infidelidades descontínuas e transitórias não eram punidas. O Código Criminal brasileiro de 1830, absorvendo os princípios da legislação portuguesa, manteve a mesma distinção entre os sexos - enquanto que para a mulher bastava um desvio, para o marido era necessário o concubinato. Como pena, estabelecia-se a prisão com trabalho pelo espaço de um a três anos. (Bevilaqua, 1896 *apud* Samara, 1983). Essa parece ser uma daquelas questões que aparecem de forma diametralmente oposta nas culturas portuguesa e indígena (que não valorizava tanto o adultério), criando a diversidade cultural que caracteriza as diferentes camadas sociais da população brasileira já desde o período colonial.

Cultura essa que inclui também os diversos povos africanos aqui introduzidos pelo colonizador português que, segundo Freyre ([1933] 1961), encontravam-se em estágio superior ao dos índios e até mesmo dos próprios portugueses em vários aspectos de cultura material, moral, capacidade técnica e artística.

É interessante observar como os portugueses selecionavam esteticamente seus escravos para o serviço doméstico, aqueles que ficariam mais em contato com os brancos da casa grande, o que aparece através dos anúncios de compra e venda nos jornais de 1825 a 1850: “*negros e negras altas e de formas atraentes – bonitas de cara e de corpo e com todos os dentes da frente*”. (Freyre, [1933] 1961: p.437).

Para considerarmos a influência do negro na vida íntima do brasileiro o autor citado nos alerta para o fato de que o que recebemos não foi basicamente a influência pura do negro, mas a do negro na condição de escravo, o que torna as coisas bem diferentes. O sistema social da escravidão, que divide a sociedade entre senhores e escravos deforma a cultura dos povos envolvidos. Em sua visão, é daí que surge o julgamento que muitos historiadores fazem de que o comportamento sexual do negro principalmente, mas também do índio, era depravado e imoral. Aponta para a impossibilidade de se preservar a versão original de uma cultura escravizada e oprimida.

No ambiente promíscuo das casas-grandes, cheias de negrinhas e mucamas, as doenças sexualmente transmissíveis se propagavam à vontade - através da prostituição doméstica, menos higiênica que a dos bordéis. Eram comuns as relações dos jovens ioiôs das casas-grandes com as mulatinhas das senzalas, relações muitas vezes incestuosas, entre o filho branco e a filha mulata do mesmo patriarca.

Nesse ambiente, a blenorragia e a sífilis se desenvolveram com uma contaminação em massa das senzalas coloniais. Por muito tempo predominou, na sociedade colonial, a crença de que o homem sífilítico poderia se curar do mal inoculando o vírus em uma negrinha virgem e estas então, muitas vezes sífilizadas ainda impúberes, pelos seus senhores brancos, tornavam-se grandes transmissoras entre brancos e negros.

A divisão da sociedade no sistema escravocrata, em senhores poderosos e escravos passivos, criada pela colonização portuguesa, a princípio de homens sem mulher, é, segundo Freyre ([1933] 1961), onde está a principal causa da alta incidência de abuso de negros e negras por brancos, da pederastia e da pedofilia. Escravos macumbeiros, peritos em feitiços sexuais e afrodisíacos, conseguiam prestígio junto aos seus senhores brancos velhos, de setenta ou oitenta anos, que se regozijavam em viver rodeados de negrinhas ainda impúberes a lhe dispensar toda espécie de carícias.

O isolamento em que viviam as sinhás nas casas-grandes de engenho, onde tinham por única companhia as escravas, numa vida inteiramente submissa aos seus maridos opressores, a quem se dirigiam sempre com medo e tratando-os de “senhor”, aparece como estímulo para que descarregassem sobre as mucamas e as negrinhas sua raiva e frustrações na forma de castigos e cruéis punições. Os

motivos mais comuns, segundo Freyre ([1933] 1961) eram o rancor sexual, ciúmes do marido e rivalidade feminina.

Verificaram-se também, é claro, os casos entre sinhás-donas e escravos. E ainda das sinhazinhas moças, criadas entre os negrinhos, mais tarde entregavam-se a eles, quando então intervinha a moral paterna, que depois de castigar bem castigado o negro (flagelo e morte), dava a moça em casamento, com um dote reforçado, a um primo pobre.

Era costume as mulheres se casarem cedo – aos doze, treze ou quatorze anos – filha solteira de quinze anos já era motivo para os pais preocupados recorrerem às promessas a Santo Antônio ou São João. Depois dos dezoito já eram consideradas matronas e aos vinte, irremediavelmente solteironas. Predominava a crença, desde o século XVI, que o *sabor* da virgem, depois dos treze ou quatorze anos já não conservava o “*provocante verdor*” das meninas-moças apreciado pelos maridos de trinta, quarenta e às vezes de cinquenta, sessenta e até setenta anos. (Freyre, [1933] 1961). E muitas mulheres morriam logo depois de casadas, aos quinze anos, no primeiro parto.

Em relação à sexualidade masculina, sempre se apreciou o menino que cedo estivesse metido com as “*raparigas – um deflorador de mocinhas*” – que não tardasse em emprenhar negras aumentando o rebanho e o capital paternos. Rapaz virgem era visto como maricas e a quem se referia em tom de deboche. Apareciam também casos de exclusivismo e fixação, mais do que predileção: homens brancos que só gozavam com negra e passavam aperto nas primeiras noites depois de casados para se excitarem com suas noivas brancas.

O próprio sistema econômico, como o interesse dos senhores em aumentar o rebanho de escravos, contribuiu para corromper a família patriarcal no Brasil e em Portugal. E é economicamente compreensível o fato de que a Igreja, não tinha os mesmos quase plenos poderes para a defesa de mulheres africanas ou índias. Os próprios eclesiásticos, pessoalmente, tinham seus motivos e uns andavam escandalosamente com prostitutas, outros mais discretamente, tinham suas companheiras, muitas vezes mulheres de cor, escravas ou ex-escravas, com quem levavam vida de casado, criando e educando caprichosamente seus “afilhados” ou “sobrinhos”, sem perderem o respeito geral.

A prostituição, formada por negras e mulatas, constituía o arcabouço moral do patriarcalismo brasileiro que equilibrava o temperamento “afoito” dos senhores

com a “pureza” das mulheres brancas em sua vida de semi-reclusão. E consta que muitas senhoras, “virtuosas”, aproveitavam-se também deste comércio: enfeitavam as negrinhas, às vezes de dez, doze anos, com correntes de ouro, pulseiras, anéis e rendas finas, participando depois dos lucros do dia. Era comum encontrá-las nas ruas oferecendo-se a marinheiros que desembarcavam dos veleiros ingleses e franceses. (Freyre, [1933] 1961). E, qualquer semelhança com a prostituição pedofílica de meninas (e meninos) pobres, encontrada hoje principalmente nas ruas do Rio de Janeiro e cidades do nordeste, muitas vezes consumida por homens estrangeiros europeus, certamente não é mera coincidência, nem novidade.

2.1.3

República: dos *Belos Tempos* à Revolução Sexual

Os belos tempos – a Belle Époque brasileira – que vai do momento inicial do período republicano, 1889/1890, até a primeira Grande Guerra, inclusive, são marcados pela euforia de prosperidade para os grupos beneficiados com o novo regime, o que inclui a introdução de novos padrões de consumo, instigados por uma nascente e agressiva onda publicitária, além do surgimento das modernas revistas ilustradas, a difusão das práticas desportivas, a criação do mercado fonográfico voltado para as músicas ritmadas e danças sensuais e a popularização do cinema.

Essas mudanças, de grande impacto simbólico, não foram compreendidas ou compartilhadas por todas as camadas da população. Para a população alheada dos processos decisórios, trabalhadores, na maioria rurais, sem nenhuma educação formal e com profundo sentimento religioso, a deposição do monarca, assim como a separação da Igreja e do Estado, decretada pelos republicanos, eram atos incompreensíveis aos quais atribuíam o significado de desprezo e profanação de suas crenças mais íntimas e sagradas. A perseguida e massacrada população de Canudos, formada de migrantes rurais vindos de diferentes partes do sertão nordestino, é um exemplo da forma como se deu o ajuste das populações pobres do interior no curso dos movimentos transformadores do Brasil. A estabilização do país foi comandada por uma elite, cuja atuação se efetivava por meio do discurso cientificista e da competência técnica da geração dos republicanos

positivistas, porém, vinda dos quadros da monarquia, na maioria, monarquistas convictos.

De 1920 a 1930, o regime ameaçado e decadente, leva à ascensão de Getúlio Vargas (1930-1945), momento em que, na mudança do panorama da cultura internacional no pós-guerra, se instaura uma crítica nacionalista dos modelos cosmopolitas importados, aparecendo discursos nativistas que configurarão a ideologia do populismo. Tirando o máximo proveito das técnicas de propaganda e dos meios de comunicação social, especialmente do rádio, a imagem do presidente aparece envolvida também com o cinema, o teatro, o disco, o humor gráfico e o Carnaval, demonstrando, conforme aprendido nos ensinamentos dos regimes repressivos que se multiplicaram na Europa nesse período, que a prática inédita de produzir o consenso por meio de apelos sensoriais e conotações afetivas é muito mais eficiente que discursos racionais.

Na intimidade da casa, a administração do lar e os trabalhos domésticos mais pesados, segundo a ética dominante, recaem sobre as mulheres, criando um clima de inconformismo, principalmente em função da imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam. O comportamento feminino ideal, restringindo tanto as possibilidades de atividades econômicas quanto políticas para a mulher, limitava seu horizonte ao *recôndito do lar*, reduzindo suas aspirações para encaixá-la no papel exclusivo de *rainha do lar*, sustentado pelo tripé mãe-esposa-dona de casa.

No período que vai dos *belos tempos* (1890-1920), até a década de 1950, a partir da qual se inicia o movimento de libertação sexual, surgiram novidades que invadiram o cotidiano das pessoas, principalmente nas metrópoles, com grande impacto sobre a vida privada. Para se ter uma idéia, segundo Maluf e Mott (1998), além do desenvolvimento nas áreas da microbiologia, bacteriologia e bioquímica, com grandes efeitos na produção e conservação de alimentos, na farmacologia, medicina, higiene e profilaxia, com repercussões decisivas sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida, surgiram também os veículos automotores, os transatlânticos, os aviões, o telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, inúmeros eletrodomésticos, a fotografia, o cinema, o rádio, os arranha-céus com seus elevadores, as escadas rolantes, as rodas-gigantes dos parques de diversões, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os vasos sanitários com descarga automática, o papel higiênico, a escova de dente,

o dentifrício, o sabão em pó, o fogão a gás, o aquecedor elétrico, o refrigerador, os sorvetes, a comida enlatada, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina e também a caixa registradora, importantíssima. No contexto desta pesquisa, não se pode deixar de destacar a televisão, surgida em 1950, a partir da qual, cada casa poderia compartilhar simultaneamente as mesmas notícias, as mesmas fofocas, a mesma canção e o mesmo gol... e a pílula anticoncepcional, em 1952, com um progressivo impacto sobre a emancipação feminina e sua liberação para a possibilidade do sexo como prazer. O advento da televisão rapidamente encantou o público e em pouco tempo passou a centralizar a cultura popular: no início o sonho era o de ver a TV, em seguida passou a ser o de ter o extraordinário aparelho e, mais tarde, o foco do desejo se tornaria o de aparecer na telinha.

Diante desta variedade de experiências e linguagens novas que as cidades passaram a sintetizar, intelectuais de ambos os sexos viam como ameaçadoras à ordem familiar, a quebra de costumes, as inovações na rotina das mulheres e, principalmente, as modificações nas relações entre homens e mulheres. A crença de uma natureza feminina, biologicamente dotada para o desempenho das funções da esfera da vida privada como casar, gerar filhos para a pátria e plasmar o caráter dos futuros cidadãos, correspondia à moral católica, ao conhecimento científico ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Dentro dessa ótica, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar, nem para os homens dentro de casa.

Na República, a lei de 24 de janeiro de 1890 criou o casamento civil, independente do religioso e o único a ter validade jurídica e civil. O Código Civil de 1890 conferia ao marido, a chefia da sociedade conjugal, a responsabilidade pública da família e sua manutenção, a administração e o usufruto de todos os bens, inclusive os que tivessem sido trazidos pela esposa no contrato de casamento. Já no Código Civil de 1916, a manutenção da família passou a ser responsabilidade dos cônjuges, no entanto perpetuava a submissão da esposa ao marido, pois o direito da mulher casada ao trabalho iria depender da autorização dele ou, em certos casos, do arbítrio do juiz. Porém, nos usos e costumes, o poder do marido ia bem mais longe do que o previsto pela lei, com inteiro poder de escolha e decisão sobre qualquer aspecto da vida dos familiares como, por exemplo, a determinação educacional e profissional dos filhos, incluindo também o *direito* de punir com violência uma esposa desobediente. O julgamento do

comportamento do marido pela sociedade dependia em grande parte do comportamento – exemplar, honrado, respeitador da moral e dos bons costumes – da mulher. Ao homem cabia a identidade pública, vista como superior e investida de poderes e vantagens e, à mulher, a identidade doméstica, que por si já indicava o seu devido lugar. O trabalho era o que, de fato, conferia ao homem esse poder e superioridade no âmbito familiar ao mesmo tempo em que o tornava responsável pela manutenção, assistência e proteção dos seus familiares. Diante de tantas mudanças econômicas e culturais, a impossibilidade de se manter como o único provedor da família nos padrões tradicionais, repercutiam de forma dramática nos sentimentos masculinos e, por vezes, maridos chegavam ao desespero do suicídio, “*justificando o ato pela derrota moral por não cumprir o seu dever*”. (Maluf & Mott, 1998: 381).

Nos discursos de literatas, religiosos, médicos e juristas, as relações sexuais desejadas e legítimas, decentes e higiênicas só poderiam ocorrer no seio do casal matrimonial. O casamento foi proclamado – mais uma vez - como o garantidor da saúde da humanidade, o melhor remédio para o corpo e a alma, bem como fonte de estabilidade social.

Na obra *Matrimônio perfeito*, tratando-se de um trabalho de “ciência sexual”, recomendado pelo seu prefaciador como obrigatório na *corbeille* de todas as noivas, o autor, T. H. Van de Velde escreve que a sorte de um matrimônio depende da noite de núpcias e assinala a necessidade de uma melhor educação para as moças, pois a ignorância em matéria sexual, esse “*estado beatífico em que muita gente aspirou conservar as próprias filhas*”, não significa aparelhá-las de fato para o desempenho conjugal desejado. O conflito da noite de núpcias poderia ser vivenciado pela moça ignorante e ingênua como um sacrifício, causando “*fobia sexual, a desinteligência do lar, o inferno dentro do céu doméstico*”. (Van de Velde, 1941). Médicos se empenhavam em definir as normas e as condições indispensáveis para o bom êxito do matrimônio, aconselhando os maridos a praticarem o defloramento com especial cuidado e a se comportarem “*como cavalheiros e artistas em matéria de amor*”, pois a brutalidade, a agressão e a violência poderiam implantar um profundo mal-estar na psique da mulher.

Para a mulher casada, em troca de tanta amabilidade e cuidado por parte de seus maridos, elaboravam-se decálogos, como o publicado na *Revista Feminina*, em outubro de 1924, onde se encontra entre outros mandamentos:

Decálogo da esposa:

I – Ama teu esposo acima de tudo na terra e ama o teu próximo da melhor forma que puderes; mas lembra-te de que a tua casa é de teu esposo e não do teu próximo; (...).

III – Espera teu esposo com teu lar sempre em ordem e o semblante risonho; mas não te aflijas excessivamente se alguma vez ele não reparar nisso; (...).

VII – Se teu esposo possuir a ventura de ter sua mãe viva, seja boa para com ela pensando em todas as noites de aflição que terá passado para protegê-lo na infância, formando o coração que um dia havia de ser teu; (...).

X – Se teu esposo se afastar de ti, espera-o. Se tarda em voltar, espera-o; ainda mesmo que te abandone, espera-o! Porque tu não és somente a sua esposa; és ainda a honra do seu nome. E quando um dia ele voltar, há de abençoar-te.

(Revista Feminina, out. 1924 apud Maluf e Mott, 1998: 409).

No Brasil também não faltaram as feministas para defender o fim dos vínculos matrimoniais, o fim da obrigatoriedade de gerar filhos e denunciar em alto e bom som a dupla-moral que estigmatizava as mulheres que ousavam viver sua sexualidade fora do casamento. Ercília Nogueira Cobra publicou em 1924, sem usar pseudônimo, um pequeno ensaio intitulado *Virgindade anti-higiênica*, onde defende a liberdade sexual para as mulheres dentre outros direitos e, em 1927, publica um romance chamado *Virgindade inútil*, onde relata a história de uma cortesã que tem uma filha do tipo produção independente.

Curioso é, além de tudo, a regulamentação pelos médicos do uso da máquina de costura, sobretudo para as mulheres grávidas: embora a máquina de costura fosse considerada *a companheira inseparável da dona de casa*, o médico Antônio dos Santos Coragem, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1919, em sua tese de doutoramento, afirmava que o pedalar produzia excitação vaginal, daí a necessidade de se evitar o uso diário das referidas máquinas. (Coragem apud Maluf e Mott, 1998). Não se pode mesmo negar que os valores socio-culturais são determinantes em relação à objetividade científica...

Na realidade, os padrões de comportamento e consumo burgueses foram absorvidos de forma desigual pelas diferentes regiões e cidades, bem como pelas diferentes camadas da população. Embora o discurso da elite dominante determinasse para as mulheres o papel da esposa e dona de casa, e para os homens o papel de chefe da família, como regras de vida que deveriam valer para

toda a população, foram apenas as mulheres das camadas abastadas das maiores cidades que realmente se ligaram aos maridos pelos indissolúveis laços do matrimônio civil e religioso, dedicando-se exclusivamente aos cuidados do lar e dos filhos sob a retaguarda de um marido provedor. A maioria da população vivia relações conjugais consensuais, onde as mulheres, por conviverem com companheiros que não tinham um trabalho nem efetivo nem regular ou mesmo sem nenhuma presença masculina efetiva no lar, exerciam várias atividades ao mesmo tempo, para prover a própria subsistência e da família, juntamente com os serviços domésticos realizados da maneira mais dura e tradicional. E a maioria dessas atividades em nada correspondia ao discurso da frágil natureza feminina defendido pelos médicos e juristas, como por exemplo, a derrubada das matas e a construção civil além da confecção de produtos manufaturados, o pequeno comércio e o artesanato doméstico.

Depois da Primeira Guerra, com a divulgação pela imprensa de uma participação maior das mulheres no espaço público na Europa e Estados Unidos, juntamente com o desenvolvimento industrial e urbano, o acesso a uma melhor escolaridade e o avanço do feminismo com reivindicações por maiores oportunidades, acabaram abrindo novas possibilidades profissionais para as brasileiras (mediante autorização legal do marido, claro). As ofertas disponíveis, no entanto, estavam bem próximas daquilo que se considerava uma extensão das atribuições de uma mulher: professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista, operária das indústrias têxtil, de confecções e alimentícia. E ainda assim, esperava-se também, que antes das mulheres se dedicarem ao trabalho remunerado, fossem boas donas de casa...

Em 1942, foi introduzido no Código Civil o artigo 315, que estabeleceu a separação sem dissolução de vínculo – o desquite – e a lei no. 4529, de 30 de julho deste mesmo ano, regulamentou a anulação do casamento.

Como sugerem as pesquisas de Willems (1953), por volta da década de 1950, também não havia uma cultura comum do país, pois a cultura das famílias das classes rurais inferiores, que constituía uma maioria esmagadora, era bem diferente das classes superior e média, cujos valores mais se aproximavam da família patriarcal da aristocracia agrária. Nesta, mantinha-se a acentuada assimetria entre os gêneros: as mulheres eram severamente vigiadas pelos homens da família – pai, irmãos, marido e imperava o “*complexo de virgindade*” pois a

mulher que não fosse virgem não casava, sobrando como solteirona ou assumindo o papel indesejável de concubina ou prostituta. É importante observar que:

A maior parte dos homens pensa que cometeriam uma loucura se acessem em casar-se com uma mulher deflorada por outro homem (...). Nesses casos ele desiste do casamento; e, se ele depois de casar-se, descobrir que sua noiva não era virgem, provavelmente procurará anular o casamento. Esta sanção é garantida por uma provisão do Código Civil, que determina que em tais casos o casamento pode ser anulado. (Willems, 1953: 3).

No entanto não era rara a prática de se restaurar a “*oportunidade anatômica para o casamento*”, ou seja, restaurava-se a *virgindade* por operação cirúrgica...

O *defloramento* era considerado crime: todos os casos de relações sexuais fora do casamento, com mulheres *honestas* ou *virgens*, menores de 21 ou 18 anos, podiam ser interpretados como *defloramento* ou sedução – principalmente se o sedutor se valeu da *inexperiência* ou da *confiança justificável* da moça. Os processos de *defloramento* eram muito freqüentes no Brasil, especialmente nas cidades pequenas e o *criminoso* poderia ser sentenciado a 3 anos de cadeia.

Ao aparecerem em público, as mulheres costumavam permanecer juntas, formando grupos de pelo menos duas ou três, evitando horas e lugares que pudessem levantar suspeitas ao seu comportamento. As sanções contra a infidelidade da mulher casada eram comparadas às aquelas que puniam as experiências sexuais pré-maritais: se encontrada em *flagrante delicto*, poderia ser morta ou ferida, juntamente com o amante, pelo marido encolerizado que, sob a alegação de ter agido por emoção ficaria livre de responsabilidades legais. Se a esposa sobrevivesse depois do *flagrante*, a separação era inevitável e, como não havia divórcio no Brasil na época, a mulher não poderia se casar de novo, mas o marido poderia ter uma concubina sem ferir a sua reputação.

Pais e irmãos também deveriam assumir o papel de vingadores e esperava-se uma reação ofensiva quando a *honra* da filha ou irmã tivesse sido *ultrajada*. Por sua vez, um homem que não fizesse uso dessas medidas radicais perdia sua posição na sociedade androcêntrica e a designação decorrente – “*corneo manso*” – um dos piores insultos, ser-lhe-ia aplicada. O papel do homem obedecia a um conjunto de valores, que aparece em Willems (1953), denominado de “*complexo de virilidade*”, que funcionava como uma antítese ao papel designado para as mulheres. O homem brasileiro deveria se mostrar ativamente interessado em

questões sexuais mesmo antes de atingir a puberdade. A quantidade de relações sexuais era condição essencial de varonibilidade e, acreditava-se como conhecimento científico, que o clima tropical estimulava o comportamento de se ter relações sexuais precoces e freqüentes (e esse efeito se dava só nos homens...), o que era um pretexto para se considerarem irresponsáveis no comportamento sexual.

A castidade masculina era ridicularizada e vista como evidência de impotência sexual. A auto-estima do homem brasileiro encontrava-se assentada sobre sua *potência* sexual e as aventuras eróticas desempenhavam a função de amparar seu ego. Grande atenção era dispensada aos efeitos presumivelmente afrodisíacos de certos gêneros de comidas, bebidas e drogas, evitando-se cuidadosamente os alimentos e drogas que presumivelmente pudessem causar impotência sexual.

Nesse ponto observa-se que as crenças, atitudes e o comportamento feminino em relação ao complexo de virgindade mudaram bastante, comparando-se a década de 50 com a atualidade; mas em relação ao complexo de virilidade, nem atitudes nem comportamento se mostram muito diferentes no homem brasileiro contemporâneo...

A prostituição no Brasil encontra-se historicamente relacionada a esses dois complexos sócio-culturais, onde os homens são encorajados a ser promíscuos nas relações sexuais enquanto que às mulheres se impunham severas restrições nas suas relações com os homens. A figura da mulher desejável assemelha-se à imagem da Santa Maria: incontestável pureza, inocência e virgindade imaculada. Quanto ao homem, qualquer que seja sua conduta fora do lar, como marido e pai seria capaz de desempenhar o papel de guardião de uma rigorosa moralidade quanto à sua família (familiares do gênero feminino). Uma nítida (e esquizofrênica) separação que o homem devia viver, comportando-se como o conquistador vitorioso, agressivo e irresponsável aos olhos dos seus companheiros e devotado pai e chefe moral da família dentro do lar-doce-lar. E sua família, principalmente a esposa, ignorava ou fingia ignorar qualquer contradição aí, a menos que se percebesse uma interferência no sustento que o homem dava a esse grupo familiar.

Até a década de 1950, a Igreja ainda tinha um papel culturalmente bem dominante: enquanto Alfred Kinsey revelava os hábitos sexuais dos norte-

americanos no famoso livro *Comportamento sexual do macho humano* (1948), seguido do *Comportamento sexual da fêmea humana* (1953), no Brasil a Igreja lançava a *Campanha da Legião da Decência, para moralizar os costumes e fortalecer a família*. (Datafolha, 1998).

Os livros do zoólogo de Indiana Alfred Kinsey e seus companheiros Wardell D. Pomeroy e Clyde E. Martin, causaram um grande impacto na compreensão da sexualidade. Os autores desejavam apresentar um relato objetivo e factual sobre o comportamento sexual sem interpretações moralistas. Entre as descobertas apresentadas encontra-se o fato de que o comportamento sexual persiste até a idade avançada e os comportamentos considerados desviantes, como o sexo pré-marital, a masturbação, o coito oral e anal e as relações homossexuais eram muito mais frequentes do que imaginava a moralidade da época.

No Brasil, as chanchadas da Atlântida marcaram a sua presença, bem como algumas peças de Nelson Rodrigues. A televisão estreou em 1950 e em 1951 já apresentava a sua primeira telenovela, mas foi só a partir dos anos 60 que a TV passou a veicular também os novos valores da contracultura, colocando em xeque os valores religiosos e inaugurando uma nova moral. Importantes transformações nos valores, atitudes e comportamentos referentes à sexualidade – principalmente a feminina – e às relações de gênero ocorreram nessa década, marcada pela pílula anticoncepcional, que aqui se alastrou a partir 1960 e a mini saia que entrou em moda em 1967.

A contestação da moralidade sexual nos anos 60 tem também uma conotação política, constituindo-se uma experiência muito marcante para todos, e mais ainda para as mulheres e os homens de classe média que andavam na contramão da nova ordem política dos governos militares. Nesta década, na interpretação de Almeida & Weis (1998), assistiu-se no Brasil a uma peculiar conjunção: de um lado, tomou o poder, pela força, uma parcela daqueles brasileiros para quem a *dissolução dos costumes* era parte da insidiosa subversão comandada pelo movimento comunista internacional; e do outro, os filhos do *baby boom* do pós-guerra que quando chegavam à idade adulta, deflagravam os questionamentos do *casamento burguês*, considerado como o núcleo da hipocrisia e da desigualdade de oportunidades eróticas entre os gêneros. A maioria dos jovens que entrava na universidade a partir do final da década de 1950 tinha que encarar a questão da fidelidade e do sexo antes do casamento – o *amor livre*. O

desejo de romper com o modelo burguês de casamento e de família acabou por transparecer na maneira como muitas mulheres se envolviam na luta contra o governo militar. O repúdio aos comportamentos tradicionais ou *pequeno-burgueses*, se fazia, principalmente para as mulheres, em nome de um ideal de autonomia que devia se realizar não apenas como possibilidade de viver livremente a paixão e os impulsos sexuais, mas estava associado à idéia de existir no mundo para além da vida doméstica, por meio da realização profissional, da independência financeira que o trabalho poderia assegurar e também da atividade política.

É neste contexto político que surge a imagem de Leila Diniz (1945-1972) como uma mulher revolucionária, imagem reforçada pelos meios de comunicação e mais ainda pela repressão e censura imposta pelos militares, sendo apontada como a precursora do feminismo no Brasil, influenciando as novas gerações. Defendia o “casamento” do tipo *cada um na sua casa*, modelo de conjugalidade que iria se tornar mais comum nas décadas seguintes. Não só afirmava publicamente uma forma de *ser mulher* concorrente à tradicional, como tinha comportamentos que contestavam as normas vigentes, passando a encarnar socialmente a liberação sexual feminina e contribuindo para legitimar um modelo de mulher que não é só, nem principalmente, *esposa-mãe*. E ao expor de forma pública suas práticas, Leila Diniz mudou o significado de suas próprias condutas e também o de outras mulheres que desejavam ou agiam assim, mas estavam condenadas, até então, ao silêncio e à culpa. Além de exibir sua barriga grávida levando um filho gerado, por opção, fora do casamento, a atriz scandalizou passeando de biquíni na rua, mostrando os “*pentelhos ao léu*” e incorporando o palavirão ao vocabulário feminino, ao mesmo tempo em que representava papéis de mocinha nas novelas de televisão, provocando um impacto ainda maior. (Goldenberg, 1996).

E como não podia deixar de ser, não faltou a representação da tradição religiosa recriminatória: quando de sua morte em 1972,

O padre Emir Calluf, de Curitiba, que tinha um programa local diário na televisão e uma coluna assinada em dois jornais da cidade, escreveu um artigo sobre Leila Diniz, (...) chamando-a de “meretriz e rebotalho humano”. Como em vida, Leila continuava sendo alvo de acusações de desvio por parte dos defensores de um modelo tradicional de mulher como virgem e “esposa-mãe”. A própria acusação

reforça a existência de um modelo concorrente a este, personificado em Leila Diniz. (Goldenberg, 1996: 212).

Quaisquer que fossem os valores e o estilo de vida dos intelectuais, profissionais liberais e estudantes em oposição à repressão dos governos militares, a vida política se derramava sobre a rotina diária e as relações pessoais, de forma sutil ou brutal. A participação em organizações clandestinas, por exemplo, alterava radicalmente os afazeres e a divisão do trabalho doméstico. Muitas mulheres, por questão de segurança, eram as mantenedoras da casa, tinham um emprego, assumiam o papel de chefe da família e mantinham contato com o mundo de fora, enquanto seus companheiros liam, estudavam e trabalhavam numa militância clandestina. Este ensaio de democracia de gênero, no entanto, tinha os seus limites, como mostra o depoimento desta mulher, no exílio:

Em relação à questão das tarefas domésticas, todos os homens eram meio domésticos, lavavam pratos. Não era grande desdouro, não era essa a questão. Isso fazia parte do esquema revolucionário. A mulher deixou de ser virgem, o homem deixou de ser macho, lava pratos, faz comida, é bom cozinheiro. Eu acho que isso não era o fundamental. As análises, as grandes análises, a estratégia e a tática, isso era o que importava. E isso eram eles que faziam. (Costa e outras apud Almeida e Weis, 1998: 403).

A contestação dos modelos estabelecidos de relacionamento afetivo e sexual permitiu que também a questão da homossexualidade começasse a emergir de sua clandestinidade para ser encarada como uma possibilidade erótica legítima.

Só no final da década de 1970 é que o Brasil aprova a lei do divórcio, permitindo aos divorciados que contraissem novo matrimônio – lei no. 6515, de dezembro de 1977 - e a mídia telemática começa a difundir as conquistas feministas que apareceram primeiramente nos programas *TV Mulher* e *Malu Mulher*.

Em plena revolução sexual brasileira, Rose Marie Muraro (1970: 15) em seu livro *Libertação sexual da mulher* considera: “*Sexplosion, chamam eles (os americanos) a este verdadeiro terremoto que, de uns dez anos para cá, vem varrendo o mundo, (...) inaugurando uma nova moral, completamente diferente de tudo o que conhecemos até agora*”. E o que a autora coloca como sendo o mais interessante é que a revolução sexual vem acompanhada da libertação intelectual da mulher, implicando todas as classes sociais. No entanto, no Brasil,

aponta Muraro (1970), apenas 20% da força total de trabalho é feminina, um dos mais baixos índices de participação social do mundo, sendo que destas mulheres, dois terços trabalham na agricultura ou na pecuária e são tão oprimidas que nem sequer se cogita nesse país de se lutar pela igualdade salarial entre homens e mulheres. Por outro lado, cem mil dos trezentos mil estudantes universitários são mulheres e esta porcentagem vem aumentando de ano a ano, num panorama promissor.

Entre as décadas de 50 e 60, os estudos demográficos passaram a ser realizados de forma mais sistemática e observou-se que as uniões consensuais tiveram uma maior ocorrência nos estratos mais pobres da população, entretanto, os estudos de Berquó (1998) mostram que, nas décadas de 70, 80 e 90, as uniões consensuais vem aparecendo também nas camadas médias como primeira opção de vida conjugal, como uma espécie de casamento experimental, adotado principalmente pelas pessoas mais jovens dos grandes centros urbanos. Um experimental que acaba por se tornar definitivo, rompendo definitivamente com os valores e normas mais tradicionais. O declínio do número dos casamentos civis e religiosos, ainda que esse tipo de união continue predominante no cenário matrimonial, e o crescimento do número de uniões realizado apenas no civil confirmou, mais uma vez, a queda do prestígio do casamento religioso, mais evidente nos centros urbanos.

Nas últimas décadas do século XX observa-se que os modelos tradicionais de ser homem – provedor, forte, viril, chefe da família - e de ser mulher – mãe, esposa, dona de casa – produzidos pela sociedade patriarcal, coexistem com as novas representações sobre o masculino e o feminino, que aparecem em múltiplos padrões de comportamentos conflitantes e concorrentes.

Apesar da grande influência do papel tradicional esposa-mãe-dona de casa na construção da identidade feminina, na concepção de Goldenberg (2000), três modelos aparecem como opção para as mulheres contemporâneas. O primeiro, mais ligado ao tradicional, é o da mulher que coloca em segundo plano a profissão e os estudos porque decidiu ser esposa e mãe, esperando que quando os filhos estiverem maiores ela possa retomar essas outras opções, ou seja, é a mulher que sacrifica sua realização profissional em função de uma total disponibilidade para os filhos e algumas vezes percebe com inveja a independência econômica das suas amigas bem-sucedidas profissionalmente. O segundo modelo é, ao contrário, o da

mulher que abriu mão de ter filhos para se dedicar integralmente à sua carreira e realização profissional, podendo entrar no mercado de trabalho para competir com os homens em condições de igualdade sem vínculos impeditivos, sendo esta, obviamente, uma minoria no Brasil. E o terceiro modelo é o da mulher que decide ter filhos sem abdicar da carreira, investe toda a sua energia nestas duas escolhas e vive um dos principais dilemas da mulher brasileira: o de tentar (e não conseguir) conciliar satisfatoriamente os papéis sociais de profissional e mãe, sentindo-se ora estressada, ora culpada.

Em relação aos homens, estes parecem ocupar, na década de 1990, o espaço de reflexão que teve a mulher nas décadas de 60 e 70. Em uma pesquisa com homens de nível universitário, entre trinta e cinquenta anos, moradores da zona sul do Rio de Janeiro (Goldenberg, 2000), a antropóloga chama a atenção para o fato destes homens se considerarem fora de um modelo de masculinidade, acreditando-se fugindo à regra, alguém do comportamento idealizado dos seus amigos. E ao mesmo tempo em que demonstraram medo de serem acusados de “bichas”, “veados” ou “efeminados” por não corresponderem ao modelo de virilidade do brasileiro, acusaram os homens com a tal performance idealizada de “machistas” e “galinhas”.

Também Jablonski (1999), observa que não se conseguiu desfazer da noite para o dia os estereótipos profundamente arraigados e em parte reforçados por símbolos, tipos de roupa, códigos de etiqueta social, estilos de auto-apresentação, padrões de comportamento sexual e regras para a interação sexual. Analisa o fato de que os homens passaram – como tática de defesa, resistência e necessidade de tempo para poder mudar – a separar *atitudes* de *comportamentos*, “os primeiros *francamente igualitários*”, e os segundos mais conservadores, criando uma ilusão de renovação momentaneamente apaziguadora.

O que se pode observar nos papéis de gênero é que modelos arcaicos, historicamente determinados, convivem e concorrem com os novos modelos oriundos das rápidas mudanças tecnológicas e sociais não inteiramente absorvidas pelos sujeitos e manifestando-se em comportamentos freqüentemente contraditórios.